



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640191 - SP (2021/0013707-0)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO  
**ADVOGADO** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANILO FERNANDO MOIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANILO FERNANDO MOIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 00255427420168260320).

O paciente foi condenado às penas de 7 meses de detenção em regime inicial semiaberto e de multa, pela prática do crime tipificado no art. 163 § único, inciso III, do Código Penal, condenação que foi mantida no apelo interposto pela defesa.

O impetrante sustenta que o paciente faria jus ao regime inicial menos gravoso, considerando o preenchimento dos requisitos específicos, e que os fundamentos utilizados para estabelecer o modo de cumprimento se mostraram abstratos.

Aduz a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do art. 44, § 3º, do CP.

Requer, liminarmente e no mérito, o redimensionamento da pena, com a mitigação do regime para o aberto, e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão do tribunal de origem se deu, em princípio, de forma fundamentada e coerente com o conjunto probatório e as circunstâncias pessoais do paciente (fls. 15-17).

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência